



Bom dia,

Ref. PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2023 – Vale Alimentação

É de conhecimento que a nova Lei 14.442 de 02 setembro 2022 (anexa), proibi a apresentação de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado em processos licitatórios que tenham por objeto auxílio refeição ou alimentação.

Texto extraído da referida Lei:

Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:

I - Qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;

O Edital de licitação em foco está a autorizar desconto (taxa negativa) na apresentação de propostas dos licitantes. Diante de tal constatação verifica-se que o Edital em comento está a descumprir as normas legais vigentes.

Sendo assim, como se verifica é notória a necessidade de suspensão e correção no instrumento convocatório em foco.

Salienta-se, por fim, que o Edital está a contrariar o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna, e ainda descrito no art. 3º da Lei de Regência nº 8.666/93.

Att.



Rayane Sabino

Atendimento

Rua Independência, 637 - Centro - Sala 6

Nova Odessa-SP - CEP 13380-025



19 3399.0245

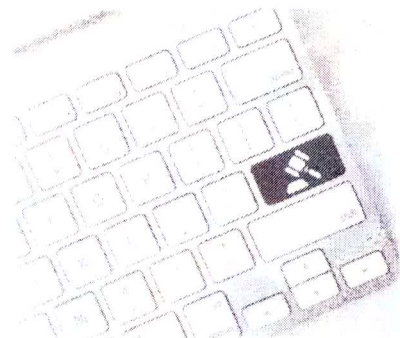


www.msbeneficios.com.br


TCEPR
Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Licitação para contratar cartões de vale-alimentação não deve vedar taxa negativa

07 de dezembro de 2022 - 14:00

[Notícia anterior](#)
[Próxima notícia](#)


O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) expediu medida cautelar que suspende a licitação do Município de Piraí do Sul (Campos Gerais) para a contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação aos servidores municipais, no valor máximo de R\$ 1.485.600,00.

A medida foi tomada em razão da suposta irregularidade em relação à vedação de apresentação de propostas com taxa de administração negativa. A cautelar foi concedida por despacho do conselheiro Ivens Linhares, em 24 de novembro, e homologada na sessão ordinária nº 33/22 do Tribunal Pleno do TCE-PR, realizada na última quarta-feira (30).

O TCE-PR acatou Representação da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) formulada por empresa em face do Pregão Eletrônico nº 86/22 da Prefeitura de Piraí do Sul, por meio da qual apontou a suposta irregularidade na proibição de ofertas negativas, o que restringiria a competitividade do certame e violaria princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Para a concessão da medida cautelar, Linhares considerou a suposta irregularidade do item do edital que requisita a apresentação de proposta com taxa de administração em percentual positivo ou igual a zero. Ele entendeu que não havia qualquer fundamento para a vedação de taxas negativas.

O conselheiro lembrou que as jurisprudências do Tribunal de Contas da União (TCU) e do próprio TCE-PR são consolidadas no sentido de que é possível a aceitação de ofertas com taxa de administração negativa ou igual a zero. Ele explicou que isso não viola as disposições do artigo 44, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93, pois a taxa negativa não torna as propostas inexequíveis, já que as empresas prestadoras desses serviços têm outras fontes de receita.

Finalmente, Linhares determinou a intimação do município para ciência e cumprimento da cautelar, e a citação dos responsáveis pela licitação, para comunicar a abertura do prazo de 15 dias para que apresentem suas razões de defesa em contraditório. Os efeitos da cautelar perduram até que seja tomada decisão de mérito no processo, a não ser que a medida seja revogada antes disso.

Serviço

Processo nº:	691880/22
Despacho nº:	1487/22 - Gabinete do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares
Assunto:	Representação da Lei nº 8.666/1993
Entidade:	Município de Piraí do Sul
	Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares

etona de Comunicação Social
EJPR

TOPO ^



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Re: Esclarecimentos ao Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2022 - Município de São José das Palmeiras/PR

1 mensagem

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>
Para: Licitação Personal Card <licitacao@personalcard.com.br>

10 de janeiro de 2023 às 14:09

Em ter., 10 de jan. de 2023 às 11:16, Licitação Personal Card <licitacao@personalcard.com.br> escreveu:

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

Departamento de Compras/Licitações

Ref.: Esclarecimentos ao Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento, administração e gerenciamento de cartões magnéticos para os benefícios de auxílio alimentação instituídos pela lei municipal nº 692/2022, para os servidores públicos municipais, cargos comissionados, conselheiros tutelares e funcionários contratados por processo seletivo simplificado – PSS, pelo período de 12 meses.

A empresa Personal Net Tecnologia de Informação Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 09.687.900/0002-04, vem por meio deste **solicitar esclarecimento:**

REDAÇÃO DO EDITAL:

8 – REGRAS ACERCA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A contratada deverá fornecer o benefício sob a forma de cartões eletrônicos personalizados com o número do cartão, e nome do beneficiário/servidor e outros elementos oriundos de tecnologia, com chip de segurança e com senha numérica pessoal e intransferível, para validação da compra/transação eletrônica no ato de aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados. Os cartões devem ser confeccionados com qualidade técnica para evitar fraudes e falsificações.

14 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os cartões deverão ser entregues em envelopes individuais (em ordem alfabética), lacrados, bem como deverão ter senha pré-definida e bloqueada.

ESCLARECIMENTO: Podemos entender que o edital também aceita cartão com tarja magnética e senha?



Atenciosamente,



Alessandra Sagaz da Costa
Licitação
(48) 3251-0022
asagaz@personalcard.com.br
www.personalcard.com.br

Gestão de Benefícios



Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é confidencial e legalmente protegida, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. Caso você a tenha recebido por engano, deverá devolver ao remetente e, posteriormente apagar, pois a disseminação, encaminhamento, uso, impressão ou cópia do conteúdo desta mensagem são expressamente proibidos.



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Re: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO

1 mensagem

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

17 de janeiro de 2023 às

17:05

Para: Geovana Santos De Araujo <geovana.araujo@sodexo.com>

1. Qual é a norma em sentido amplo (exemplo: lei, decretos, entre outras) que vincula a concessão do benefício alimentação?

R. O auxílio alimentação do Município de São José das Palmeiras foi instituídos pela lei municipal nº 692/2022 de 05/12/2022

2. Qual é o regime de contratação dos funcionários da P.M de São José das Palmeiras?

R. A contratação é por intermédio de concurso público, agente político e cargo em comissão. (Regime Estatutário).

3. Com base no Decreto Federal nº 10.854/2021, e na Lei nº 14.442/2022 é correto o entendimento de que não será aceita propostas que ofertem taxa negativa?

R. A taxa administrativa está prevista no item 2 do termo de referência (segue em anexo manifestação do TCE/PR).

4. Com base no Decreto Federal nº 10.854/2021, e na Lei nº 14.442/2022 é correto o entendimento de que o pagamento será anterior aos créditos?

R. O pagamento está previsto no item 17 do edital e no item 16 do termo de referência.

Em seg., 16 de jan. de 2023 às 17:17, Geovana Santos De Araujo <geovana.araujo@sodexo.com> escreveu:

Prezado (a) Senhor (a) Pregoeiro (a),

A empresa **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 69.034.668/0001-56, por meio de seu representante legal, interessada em participar do certame acima referenciado, vem, perante ao (à) Senhor(a) Pregoeiro(a), **REQUERER O SEGUINTE ESCLARECIMENTO**, nos seguintes termos:

1. Qual é a norma em sentido amplo (exemplo: lei, decretos, entre outras) que vincula a concessão do benefício alimentação?
2. Qual é o regime de contratação dos funcionários da P.M de São José das Palmeiras?
3. Com base no Decreto Federal nº 10.854/2021, e na Lei nº 14.442/2022 é correto o entendimento de que não será aceita propostas que ofertem taxa negativa?
4. Com base no Decreto Federal nº 10.854/2021, e na Lei nº 14.442/2022 é correto o entendimento de que o pagamento será anterior aos créditos?

Na oportunidade, reiteramos o nosso protesto de elevada estima e consideração, requer ao(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) que esclareçam os pontos acima, com a brevidade que lhe é peculiar.



Atenciosamente,

Geovana Araújo

Consultora Administrativa de Mercado Público

Sodexo Benefícios e Incentivos

Tel: +55 11 98905-3340

geovana.araujo@sodexo.com

Sodexo

Líder Mundial em Serviços de Qualidade de Vida:

www.sodexobeneficios.com.br

Clique aqui para conhecer as nossas conquistas!

Junte-se à luta contra a fome: www.stop-hunger.org.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ.pdf

422K